

## UM RETRATO EM NÚMEROS

## O Brasil que Lula recebe de FH

A dívida interna brasileira cresceu mais de mil por cento em um período de oito anos

PEDRO DO COUTTO  
ESPECIAL PARA O JB

O Brasil que Lula recebe em janeiro do governo Fernando Henrique Cardoso figura entre as 12 maiores economias do mundo, mas é um país com uma dívida interna superior a R\$ 800 bilhões, por cuja rolagem o Tesouro Nacional paga aos bancos nacionais e estrangeiros juros de 21% ao ano, e com uma dívida externa da ordem de US\$ 232 bilhões sobre a qual incidem juros anuais de 6%, no mínimo. Os números estão em livro editado este ano pelo Tribunal de Contas da União contendo detalhada análise a respeito do desempenho da economia e da administração pública no exercício de 2001. O autor do relatório (excelente) foi o ministro Walton Alencar Rodrigues. De uma clareza total.

Os dados sobre o ciclo que termina na alvorada de janeiro podem ser observados também na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio de 2001, produzida pelo IBGE. Os dois levantamentos convergem e se complementam. Fundamental o conhecimento das informações existentes nos dois trabalhos, sobretudo porque torna possível a Luiz Inácio Lula da Silva balizar nitidamente como encontra o país para compará-lo como estará ele nas eleições de 2006, quando logicamente o presidente disputará a reeleição. Tal perspectiva, legítima aliás, se revela com o convite a Leonel Brizola para a Agricultura, tanto para conter em li-

mites seguros o Movimento dos Sem Terra, quanto para reduzir a influência de Anthony Garotinho no quadro nacional. A idéia deve ter partido de uma formulação do deputado José Dirceu.

Vargas, inclusive, agiu no mesmo sentido, em 51, quando impulsionou a candidatura de Jânio Quadros a prefeito da cidade de São Paulo para diminuir a importância de Ademar de Barros, que havia sido um dos grandes eleitores da estrondosa vitória de 50. O presidente chamou Assis Chateaubriand e pediu que ele desse espaço para Jânio em seu império de comunicação, que era o maior da época.

Mas, voltando ao tema do que era antes e do que passou a ser depois na administração pública, vale destacar o exemplo do presidente Juscelino Kubitschek: Antônio Houaiss, Francisco Assis Barbosa e Donatelo Grieco foram os autores de magnífica sinopse (como Houaiss a chamou), editada pela Imprensa Nacional, comparando o Brasil antes e depois de JK. O país era um antes de janeiro de 56, passou a ser outro em janeiro de 61. Essencial isso. Todos os governos federais, estaduais, municipais deveriam proceder assim, publicando seus balanços econômicos e sociais e marcando as pontas de cada período. A opinião pública só teria a ganhar. Por que o

Congresso Nacional não aprova uma lei nesse sentido? Fica aqui a idéia para os senadores e deputados.

O Tribunal de Contas da União, a partir da página 64 da edição citada, focaliza a dívida interna, a dívida externa, o Produto Interno Bruto e a renda per capita do início da década de 90 a 2001. Um detalhe quanto à dívida interna: ela fechou dezembro do ano passado com R\$ 692,2 bilhões – diz Walton Alencar Rodrigues –, mas este ano, como os jornais publicaram há três semanas, ela passou velozmente do patamar de R\$ 800 bilhões. Aliás, somando-se as dívidas interna e externa, o total ultrapassa o próprio valor do PIB de

2001, que foi de R\$ 1 trilhão e 182 bilhões. O Orçamento para este ano situa-se na mesma escala.

Revela o estudo de Alencar Rodrigues que, no fim de 1994, a dívida interna brasileira era de exatamente R\$ 61,7 bilhões. Cresceu, portanto, mais de mil por cento em oito anos. No mesmo período, a inflação do IBGE avançou 80%. O endividamento subiu 12 vezes a taxa inflacionária. O Produto Interno Bruto, já usando os deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, avançou de R\$ 349,2 bilhões, em 1994, no governo Itamar Franco, para, como vimos há pouco, R\$ 1,182 trilhão. O PIB, assim, cresceu muito menos do que a dívida interna.

Quanto à dívida externa, que em 94 alcançava US\$ 148,2 bilhões, passou para 232,3 bilhões de dólares em 2001. As exportações passaram de US\$ 43,5 bilhões em 1994, para US\$ 58,2 bilhões no ano passado. Este ano, vão fechar em torno de US\$ 60 bilhões. Nesta época de transição, vem-se dando ênfase à importância do Mercosul, ao qual se referiu com entusiasmo o ex-presidente da ACRJ, Paulo Protásio, em programa da jornalista Lúcia Leme, na TVE. No entanto, o movimento comercial na área do Mercosul representa aproximadamente 12% da Balança Comercial do Brasil. E 70% do Mercosul são transações entre o nosso país e a Argentina. Este ângulo da

questão deve merecer análise atenta por parte da equipe de Lula.

Relativamente à renda per capita (PIB dividido pelo total de habitantes), ela cresceu de R\$ 6,3 mil em 94 para R\$ 6,8 mil reais em 2001. O Produto cresceu, claro, mas a população também, vale lembrar. Como se observa, a renda per capita evoluiu muito menos que o endividamento interno e externo. Os dados sobre a renda per capita estão na página 64 da edição, primorosa aliás, do Tribunal de Contas. O desemprego avançou de 4,8% para 7,5% sobre a mão-de-obra ativa de 75,4 milhões de pessoas. Quanto à inflação, ela assinala 80% em reais, certo, mas praticamente 250% em dólar, já que em 1994 um real valia um dólar. Desconte-se a inflação americana no período, cerca de 20%, e teremos uma taxa inflacionária relativa de 230%, em padrões internacionais.

O Brasil tem, segundo a Pnad-2001, 46,5 milhões de domicílios com a média de 3,5 pessoas por unidade. Mas o déficit habitacional é enorme: basta dizer – o que sintetiza tudo – que 8,7 milhões de residências não recebem água tratada. Somente 21,2 milhões de casas contam com rede de esgotos. Não possuem esgoto algum 14,4 milhões de habitações. Com fossas sépticas são 9,9 milhões. As favelas dos grandes centros urbanos compõem a triste paisagem. No Rio, elas crescem à velocidade de 120 barracos e cortiços por dia. A violência sobe os morros ao lado da favelização. No meio de todo esse panorama, a Pnad aponta a força da televisão. Essa está presente em 40 milhões de domicílios. São 6,5 milhões de imóveis alugados e mais 5,2 milhões considerados cedidos. Próprios são 34,1 milhões, acrescenta o IBGE.

Dezenove por cento dos 75,4 milhões que trabalham ganham o salário mínimo. Acima de 20 salários mínimos, apenas 1,1%. Só 40% possuem algum vínculo de emprego. Os de mais de 60 anos de idade, são 9,2 por cento da população: algo em torno de 15 milhões de seres humanos. Entretanto, sua participação no mercado de trabalho é de 4,3%. Bom tema, inclusive, para a terceira idade discutir. Os de menor idade até 17 anos são 58,5 milhões. A população total, pelo IBGE, é de 169,3 milhões de habitantes. Analfabetos são 17,5 milhões, considerando-se o analfabetismo a partir dos dez anos. Estudantes, ao todo, são 51 milhões, dos quais 33 milhões no ensino fundamental. Nas universidades, apenas 3,7 milhões. Cerca de 14 milhões no ensino médio. O total de analfabetos não inclui os semi-analfabetos. Que fazer? Se o índice de emprego desce, a qualidade de vida cai também. Os salários não vêm acompanhando a inflação. É este o Brasil que espera Lula, aguardando resposta e reforma.

Walton Alencar Rodrigues fez uma análise da economia e da administração pública em 2001

